



### **AQUISIÇÃO DE BENS NECESSÁRIOS AO COMBATE À COVID-19. ISENÇÃO DE IVA – NAS TRANSMISSÕES DE BENS EM TERRITÓRIO NACIONAL E NAS AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS**

A isenção de IVA preconizada pelo artigo 2.º da Lei n.º 13/2020, de 7 de maio, referente à aquisição de bens necessários ao combate à COVID-19, aplica-se, verificados os requisitos cumulativos previstos, às “aquisições intracomunitárias” mas, também, às aquisições em território nacional, entre o Município e fornecedores nacionais (as denominadas transmissões), assim se considerando:

- Conceito de **aquisição intracomunitária** - Considera-se, em geral, aquisição intracomunitária a obtenção do poder de dispor, por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, de um bem móvel corpóreo cuja expedição ou transporte para território nacional, pelo vendedor, pelo adquirente ou por conta destes, com destino ao adquirente, tenha tido início noutro Estado membro (cfr. o artigo 3.º Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias – RITI);
- Conceito de **transmissão de bens** – Consideram-se, em geral, transmissão de bens a transferência onerosa de bens corpóreos por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade; sendo tributáveis as transmissões de bens que estejam situados no território nacional no momento em que se inicia o transporte ou expedição para o adquirente ou, no caso de não haver expedição ou transporte, no momento em que são postos à disposição do adquirente (cfr. os artigos 3.º e 6.º do CIVA).